

---

# UM NOVO *MODUS VIVENDI* BASEADO EM “VIDAS SECAS”

Ana Carolina de Mari Rocha<sup>1</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Artigo recebido em: 05/12/2018.

Artigo aceito em: 10/06/2019.

## Resumo

Os direitos humanos são analisados à luz da obra literária *Vidas Secas* visando compreender questões socioambientais e culturais envolvidas no sertão nordestino brasileiro que perduram até hoje. Busca-se descortinar a realidade de esquecimento e enfatizar o tempo em que acontecem, e assim demonstrar a atemporalidade da história. O problema consiste na indagação acerca da possibilidade de uma hermenêutica jurídico-social atual por meio da obra de Graciliano Ramos escrita em 1938. O estudo tem os ideais de “solidariedade” de Zygmunt Bauman e “outridade” de Enrique Leff como marcos teóricos principais. Além disso, a ideia de “alteridade” traba-

lhada por Emmanuel Levinas foi utilizada como referencial teórico subsidiário. Utiliza-se pesquisa doutrinária, de maneira analítico-descritiva, para concluir sobre a atemporalidade do texto e a emergência da necessária formação de um padrão de outridade em relação à região sertaneja, e a outras igualmente esquecidas. São espaços que necessitam de uma ressignificação coletiva capaz de transformar seus moradores em verdadeiros atores sociais aptos a influenciarem o ambiente em que vivem.

**Palavras-chave:** ambiente; outridade; alteridade; direitos humanos; multidisciplinaridade.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela UFMG. Bolsista da FAPEMIG em pesquisa de Iniciação Científica da UFMG. E-mail: anacarolinamari@hotmail.com

## A NEW *MODUS VIVENDI* BASED ON “VIDAS SECAS”

### **Abstract**

*In this paper the book *Vidas Secas* is used as support to the understanding of Human Rights over the life, culture and socio-environmental matters in the Northeast region of Brazil, the Sertão, which endures to this day. It intends to reveal the reality of the Sertanejo life and emphasize the time in which it happens, thus demonstrating the timelessness of the story. The matter consists in questioning the possibility of a modern social and legal hermeneutics through the work of Graciliano Ramos, written in 1938. The study carries the ideals of 'solidarity' from Zygmunt Baumann and 'otherness' from Enrique Leff as fundamental frameworks. Besides, the idea of 'alterity' from Emmanuel*

*Levinas' work was utilized as a subsidiary theoretical framework. Through doctrinal research, in an analytically-descriptive manner, it concludes on the timeliness of the text and the emergency of an necessary formation of a pattern of alterity in relation to the Sertanejo region, and other equally forgotten regions. They are spaces that need a collective re-signification capable of transforming its inhabitants into true social actors capable of influencing the environment in which they inhabit.*

**Keywords:** *environment; otherness; Human Rights; alterity; multidisciplinary.*

### **Introdução**

O livro *Vidas Secas* leva à constatação de uma situação socioambiental não meramente fictícia, mas real, de esquecimento e abandono do sertão nordestino e de seus moradores. É uma realidade que perdura, desde que o livro foi escrito, há quase cem anos no cenário brasileiro, devido a um forte desinteresse, econômico e social, de investimento na região.

A obra aborda diversos aspectos de opressão sobre as personagens que representam, de certa forma, a ‘coletividade dos sertanejos nordestinos’. Das várias releituras possíveis de serem feitas sobre o texto, desde discussões acerca da dominação e subjugação pelo uso (ou falta) do conhecimento linguístico a até teorizações sobre a forma como as personagens enxergavam o Estado dentro de suas posições sociais, a presente pesquisa tenta dar ênfase à dimensão ambiental envolvida na narrativa. A partir disso, busca compreender como os diversos espaços descritos ao longo do livro contribuem para fixar relações hegemônicas e acentuar as desigualdades existentes, e como isso interfere nas demais releituras relacionadas.

O problema da pesquisa, portanto, é tentar averiguar a possibilidade de uma hermenêutica jurídico-social atual por meio de *Vidas Secas*. Objetiva-se, genericamente, a demonstrar a atemporalidade da obra de Graciliano Ramos e a analisar os direitos humanos atingidos sob padrões de Direito Ambiental, de alteridade e de outridade. Especificamente, objetiva-se a analisar o livro, as personagens e seus ambientes por meio de uma leitura multidisciplinar e multirreferencial; a

perceber a possibilidade de uma hermenêutica jurídico-ambiental sobre o enredo da narrativa e, por fim, a investigar o desenvolvimento necessário de um padrão de alteridade e outridade como uma maneira para a ressignificação do sertão.

O primeiro capítulo aborda aspectos mais técnicos e literários da obra e considerações sobre o autor. São traçados alguns apontamentos sobre o Regionalismo brasileiro para reforçar que essa perspectiva ideológica, traduzida em um estilo literário, foi a principal responsável em transformar o romance da década de 30 no suporte de uma observação crítica da relação entre sujeito e sociedade. Para além disso, representou também uma forma de resistência e denúncia das condições degradantes, sobretudo, do Nordeste.

O segundo capítulo trabalha noções de Direitos Humanos envolvidos na situação das personagens, mormente no tocante à zoomorfização tão expressiva no livro, e explora as demais barreiras humanas, para além das naturais, que impedem uma ascensão social dos sertanejos de outrora e de agora.

O terceiro capítulo instaura uma discussão acerca do ambiente sertanejo e do ambiente urbano e, conseqüentemente, da migração para as cidades e o posterior abandono do sertão com algumas de suas implicações.

Por fim, o último capítulo é dedicado a uma tentativa de encontrar, a partir de uma nova visão sobre o 'outro', uma possível solução para o reconhecimento da importância do sertão e de seus habitantes.

O texto possui método analítico-descritivo, recorrendo-se à pesquisa bibliográfica embasada, como marco teórico, nas ideias de 'solidariedade' do sociólogo Zygmunt Bauman, de 'outridade' do ambientalista Enrique Leff e, subsidiariamente, de 'alteridade' trabalhada pelo filósofo Emmanuel Levinas. Essas ideias demonstram a natural interdisciplinaridade e complexidade da racionalidade ambiental e a necessidade da conjugação de saberes para a construção de novos mundos de vida e de novos atores coletivos. Todos os referidos autores possuem pesquisas críticas na área social. Os livros de Bauman são utilizados como fundamento de uma nova visão acerca dos vínculos humanos e dos ambientes urbanos. Leff é a base das discussões que envolvem a racionalidade ambiental e os ideais de outridade e, por fim, as observações de Levinas são empregadas como o parâmetro das ideias de alteridade. Também foi utilizado um texto da arquiteta e urbanista Raquel Rolnik para uma ponderação acerca da formação e da evolução das cidades. Ademais, outros estudos sobre o livro *Vidas Secas* e sobre Graciliano Ramos compuseram o sustentáculo da pesquisa.

## **1 Uma hermenêutica jurídico-ambiental em *Vidas Secas***

O livro *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, é um romance regionalista escrito na década de 30 do século XX, época em que grandes turbulências econômicas

e históricas aconteciam não apenas no Brasil como no mundo todo. De forma semelhante, o movimento literário também sofria transformações. De cunho mais realista, os artistas do momento denunciavam as mazelas sociais por meio de suas obras, sendo *Vidas Secas* um clássico exemplo disso.

O regionalismo literário, sobretudo no que tange aos romances nordestinos, caracterizou-se, de forma geral, por adotar uma visão crítica das relações sociais. Dessa forma, o recorte da realidade abordada nos livros passa a ser:

O trabalho com regiões não hegemônicas do ponto de vista econômico e social, a tematização de espaços “outros” ou a representação de territórios que demarcam a desigualdade do processo de modernização brasileiro, que não se concretizou igualmente de norte a sul. A ideia de que o regionalismo é um retrato de sobrevida do subdesenvolvimento fomentaria a necessidade de escamoteação do dado local e faria desse lastro fundador algo a ser superado (SANTINI, 2014, p. 120).

A partir desse estilo literário, o autor do livro, que viveu durante anos no Nordeste, aponta na narrativa a opressão e a precariedade às quais os nordestinos estão sujeitos de maneira mais contundente do que em outras regiões do país. Isto é,

[...] o autor denuncia a situação de miséria nordestina e traz para a realidade nacional uma parte do país de forma dura e sincera, e faz com que o leitor trace reflexões sobre as mazelas geradas pela seca e pela falta de um plano/envolvimento político com a região (SARAIVA, 2009, p. 131).

Os autores desse período utilizaram-se do romance regionalista inclusive como um instrumento de resistência às injustas e desiguais condições que se formaram – e ainda permanecem – no país. Entre os escritores da década de 30, “Graciliano Ramos talvez tenha sido o que soube exprimir, com mais sutileza, a difícil realidade do homem nordestino sem se deixar seduzir pelo imaginário da região, fazendo com que o psicológico prevalecesse sobre o social” (SILVA, 2010, p. 2).

Assim, por meio da função da Arte de reinventar a vida, a história narrada expressa as contingências de uma grande parcela da população brasileira e alerta para uma região esquecida pelo olhar público, afinal “Uma leitura mais atenta de *Vidas Secas* revela que Graciliano Ramos alude que a situação de miséria dos nordestinos não está vinculada apenas às condições climáticas, mas vincula-se, também, à falta de políticas públicas de promoção de cidadania local” (SARAIVA, 2009, p. 131).

O enredo da história desenvolve-se no meio ambiente natural do sertão nor-

destino, de clima semiárido e vegetação típica da caatinga caracterizada por passar longos períodos de seca. Pela descrição da paisagem no livro é possível ter uma ideia da aridez do lugar: “tinham deixado os caminhos, cheios de espinhos e seixos, fazia horas que pisavam a margem do rio, a lama seca e rachada que escaldava os pés” (RAMOS, 2014, p. 10). No espaço descrito, naturalmente inóspito, constrói-se o ambiente de vida familiar e de trabalho de Fabiano (vaqueiro protagonista do romance), bastante precário e com poucos recursos e oportunidades de aprimoramento. Por conta disso, o meio ambiente construído (artificial) da personagem mistura-se de tal forma com a sequidão do meio ambiente natural nordestino que as características da flora sertaneja são transplantadas às pessoas da história, como no trecho: “tudo seco em redor. E o patrão era seco também, arreliado, exigente e ladrão, espinhoso como um pé de mandacaru” (RAMOS, 2014, p. 24).

Fabiano via-se preso àquele ambiente hostil como as árvores fincadas ao solo: “ele, sinhá Vitória, os dois filhos e a cachorra Baleia estavam agarrados à terra. [...] Entristeceu. Considerar-se plantado em terra alheia!” (RAMOS, 2014, p. 19). Por vezes, sentia-se como um próprio elemento da fazenda que poderia ser facilmente retirado caso não mais desejado ali: “Fabiano, uma coisa da fazenda, um traste, seria despedido quando menos esperasse” (RAMOS, 2014, p. 23).

Os traços literários e a narrativa mais descritiva, portanto, são desenvolvidos de tal forma a transmitir, no máximo de detalhes possíveis, as críticas sociais envolvidas com o contexto da história. A própria linguagem utilizada “é fundamental para entender a obra. É uma linguagem sucinta e sem sentimentalismo, adequada à seca, um estilo seco que diz muito com poucas palavras” (FERREIRA, 2016).

Assim, verifica-se que, a partir da análise do livro, é possível desenvolver um olhar jurídico sobre a situação das personagens e sobre os ambientes nos quais estão inseridas. A interface entre o Direito e a Literatura permite uma hermenêutica jurídica sobre o tema tratado na obra, ou, nas palavras de Enrique Leff, a interdisciplinaridade “se abre para uma disputa de sentidos e para um diálogo de saberes no encontro de visões e interesses nos processos de reapropriação social da natureza” (2012, p. 81). É interessante notar como um romance escrito há quase um século anuncia os mesmos problemas que são verificados atualmente no Brasil, e que, portanto, ainda precisam de solução. Por isso a importância de uma multirreferencialidade das áreas de conhecimento, uma vez que a complexidade ambiental “abre-se para um diálogo intersubjetivo e intercultural que transcende o espaço de articulação das ciências e o intercâmbio interdisciplinar” (LEFF, 2012, p. 34). A partir dessa complexidade constata-se a viabilidade de uma hermenêutica jurídico-ambiental sobre *Vidas Secas*.

## 2 Zoomorfização e antropomorfização: os humanos que eram mais bichos do que homens

O Brasil, por razões históricas e sociológicas, não conseguiu desenvolver o Nordeste no mesmo patamar das outras regiões, fato que gera, continuamente, situações de completo desamparo de famílias como a de Fabiano. A situação social, ambiental e cultural do nordestino já poderia ter sido aprimorada se fosse vista com um pouco mais de atenção. Fica evidente, portanto, a importância do Direito Ambiental, sendo o meio ambiente direito difuso e direito humano de terceira dimensão, na ressignificação de espaços como o sertão e de ‘vidas secas’. Nas palavras de Henrique Leff (2012, p. 63),

Nesse sentido, as leis-limite da natureza e da cultura, as categorias de território, de habitat, de autonomia, estabelecem o vínculo entre o real e o simbólico na reinvenção de identidades coletivas e a constituição de novos atores sociais que configuram estratégias diferenciadas de apropriação da natureza e construção de mundos de vida.

Fabiano e sua família estavam tão despidos da dignidade humana que lhes deveria ser inerente e tão esquecidos no seu ambiente precário que não se enxergavam como atores sociais capazes, de fato, de modificar a natureza e ter uma identidade própria. Ao contrário, suas identidades misturam-se continuamente com as dos animais e da vegetação da caatinga, de maneira tal, que o protagonista se enxerga mais ‘bicho’ do que ‘homem’, como no trecho: “e, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. [...] – Você é um bicho, Fabiano” (RAMOS, 2014, p. 18).

As características animais das personagens deixam clara a intenção de zoomorfização presente no livro. Em outras palavras, “o que se pode perceber em relação a Fabiano, é que ele passa por um procedimento de animalização/coisificação dentro da obra, o qual é determinado por suas condições de vida e pelo meio ambiente que o cerca” (BOTOSO, 2013, p. 56). A sensação de ser mais bicho do que humano é tão clara para o protagonista que, em um trecho da narrativa, Fabiano revela-se esperançoso de ser homem no futuro: “Estava escondido no mato como tatu. Duro, lerdo como tatu. Mas um dia sairia da toca, andaria com a cabeça levantada, seria um homem” (RAMOS, 2014, p. 24).

A própria aparência física de Fabiano descrita no livro sugere uma imagem animal: “Os seus pés duros quebravam espinhos e não sentiam a quentura da terra. Montado, confundia-se com o cavalo, grudava-se a ele. [...] A pé, não se aguentava bem. Pendia para um lado, para o outro lado, cambaio, torto e feio” (RAMOS, 2014, p. 20).

Além disso, a língua também era um fator de dificuldade para o vaqueiro. Sem dominar muitas palavras, a personagem via-se, frequentemente, impossibilitada de defender a si mesma e, mais uma vez, sua dignidade era ofendida e seu *status* reduzido a de um animal:

[...] falava uma linguagem cantada, monossilábica e gutural[...]. Às vezes utilizava nas relações com as pessoas a mesma língua com que se dirigia aos brutos – exclamações, onomatopeias. Na verdade falava pouco. Admirava as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, tentava reproduzir algumas, em vão, mas sabia que elas eram inúteis e talvez perigosas (RAMOS, 2014, p. 19).

Ao mesmo tempo em que as personagens humanas comportam-se como animais, os demais seres viventes ganham características humanas para realçar ainda mais o contraste de marginalização em que a família vivia. Dessa forma, por exemplo, na serra perto da fazenda “[...] fervilhava uma população de pedras vivas e plantas que procediam como gente” (RAMOS, 2014, p. 56).

A antropomorfização presente na obra, no entanto, sem sombra de dúvida, torna-se mais evidente e expressiva na cachorra Baleia. A cadela de estimação é a personagem que mais tem traços humanos no livro.

Baleia tinha sentimentos julgadores: “farejando a panela, franzia as ventas e reprovava os modos estranhos do amigo” (RAMOS, 2014, p. 62); solidários: “o menino continuava a abraçá-la. E Baleia encolhia-se para não magoá-lo, sofria a carícia excessiva” (p. 62); e também autoritários: “era bom que a deixassem em paz. [...] Agora precisava dormir, livrar-se das pulgas e daquela vigilância a que a tinham habituado” (p. 70). Ela sabia ser indiferente: “tentaram explicar-lhe que tinham tido susto enorme por causa dela, mas Baleia não ligou importância à explicação” (p. 83); e desaprovava determinadas situações: “achava é que perdiam tempo num lugar esquisito, cheio de odores desconhecidos. Quis latir, expressar oposição a tudo aquilo [...]” (p. 83).

A cadela também era realista: “[...] mas percebeu que não convenceria ninguém e encolheu-se, baixou a cauda, resignou-se ao capricho dos seus donos” (p. 83); e entendia que deveria ser submissa: “não poderia morder Fabiano: tinha nascido perto dele, numa camarinha, sob a cama de varas, e consumira a existência em submissão, ladrando para juntar o gado quando o vaqueiro batia palmas” (p. 89).

O animal tinha tantos outros sentimentos à semelhança de emoções exclusivamente humanas que, por vezes, ganha o mesmo *status* dos filhos do casal. Aliás, sua personalidade e seu lado ‘humano’ são mais desenvolvidos que os dos próprios

meninos – “Ela era como uma pessoa da família: brincavam juntos os três, para bem dizer não se diferenciavam [...]” (RAMOS, 2014, p. 85). As crianças viviam em uma condição de tamanha precariedade e opressão que a cachorra era dotada de mais ‘humanidade’ do que elas mesmas.

A ausência de identificação e individualização dos filhos do protagonista também revela a condição de inferioridade e esquecimento a qual estavam submetidos, como no trecho: “os filhos não possuem nomes, são chamados de Menino Mais Novo e Menino Mais Velho, se tornam a representação do anonimato dos meninos nordestinos” (FERREIRA, 2016). Assim como os pais, também sofrem o processo de animalização: “[...] deixava os filhos soltos no barreiro, enlameados como porcos” (RAMOS, 2014, p. 21), o que contribui ainda mais para o contraste entre ‘homens-bichos’ e ‘bichos-homens’ presente no livro.

Eles também não dominavam as palavras; o diálogo entre a família era bem precário e quase inexistente. Por isso, também se valiam dos sons da natureza: “Como não sabia falar direito, o menino balbuciava expressões complicadas, repetia as sílabas, imitava o berro dos animais, o barulho do vento, o som dos galhos que rangiam na caatinga, roçando-se” (RAMOS, 2014, p. 59). O vocabulário era tão escasso e o contato com outro ambiente diferente tão reduzido que eles ficam admirados quando vão à festa na cidade: “O menino mais novo teve uma dúvida e apresentou-a timidamente ao irmão. Seria que aquilo tinha sido feito por gente? O menino mais velho hesitou, espiou as lojas, as toldas iluminadas [...] Talvez aquilo tivesse sido feito por gente” (RAMOS, 2014, p. 83).

A ausência de um domínio linguístico inquietava-os a partir das coisas que viam e não sabiam como se denominavam:

Nova dificuldade chegou-lhe ao espírito, soprou-a no ouvido do irmão. Provavelmente aquelas coisas tinham nomes. [...] Sim, com certeza as preciosidades que se exibiam nos altares da igreja e nas prateleiras das lojas tinham nomes. Puseram-se a se discutir a questão intrincada. Como podiam os homens guardar tantas palavras? Era impossível. Ninguém conservaria tão grande soma de conhecimentos. Livres dos nomes, as coisas ficavam distantes, misteriosas. Não tinham sido feitas por gente (RAMOS, 2014, p. 83).

Assim, a animalização das personagens humanas, a presença de uma humanidade nos animais mais intensa do que nas próprias pessoas do enredo, a mescla entre o sertão e as personalidades e a ausência de um mínimo de conteúdo linguístico traduzem-se em uma importante crítica social a todos os demais fatores ‘não naturais’ que contribuem para isso. É dizer:

Num meio-ambiente tão duro e cruel como o do sertão nordestino, adaptar-se com vigor ao meio-ambiente hostil talvez requiera, como coloca Graciliano Ramos através de Fabiano, se tornar um bicho, forte e objetivo o suficiente para vencer qualquer dificuldade. No entanto, se há a natureza cruel, há também outras formas de crueldade, mais humanas, e que, por intermédio de astúcia, se faz *naturalizada* (COELHO, 2006).

Seguindo a ideia de que outros elementos não apenas naturais, mas, sobretudo humanos, contribuem para a animalização das personagens, percebe-se que todos os cenários da obra contêm meios de dominação e subjugação da pequena família de retirantes. Em outras palavras,

Em Vidas Secas, os meios de opressão não eram apenas das condições naturais. Fabiano é considerado sem terra, comparado a um nômade, mas suas andanças não se devem apenas à seca. O protagonista vivencia a opressão do homem através das relações de poder, que estão presentes em vários capítulos da obra (FERREIRA, 2016).

Tudo isso agrava o sentimento de inferioridade existente no vaqueiro: “comparando-se aos tipos da cidade, Fabiano reconhecia-se inferior. Por isso desconfiava que os outros mangavam dele” (RAMOS, 2014, p. 76). Tal sensação só ampliava o isolamento social da família de retirantes e diminuía as chances de modificação do ambiente – “Vivia longe dos homens, só se dava bem com os animais” (p. 19).

Por não saber nem conversar direito, Fabiano era ludibriado de todas as formas possíveis e isso aumentava sua permanente necessidade de se distanciar das pessoas, principalmente da cidade, pois era desprovido de meios com os quais pudesse se defender:

Fazia-se carrancudo e evitava conversas. Só lhe falavam com o fim de tirar-lhe qualquer coisa. Os negociantes furtavam na medida, no preço e na conta. O patrão realizava com pena e tinta cálculos incompreensíveis. Da última vez que se tinham encontrado houvera uma confusão de números, e Fabiano, com os miolos ardendo, deixara indignado o escritório do branco, certo de que fora enganado (RAMOS, 2014, p. 76).

O vaqueiro mal reconhece os homens da cidade como pertencentes ao mesmo ‘grupo de humanos’, isto é, se já existe uma barreira social entre os próprios moradores do sertão, contrastada à cidade, essa barreira é ainda maior e mais difícil de ser transposta: “Os caixeiros, os comerciantes e o proprietário

tiravam-lhe o couro, e os que não tinham negócio com ele riam vendo-o passar nas ruas tropeçando. Por isso, Fabiano se desviava daqueles viventes” (RAMOS, 2014, p. 76). Assim, constata-se, capítulo por capítulo, que não apenas a humanidade das personagens era-lhes retirada por todos os meios possíveis – sejam eles naturais ou notadamente antropogênicos – mas também a própria identidade e o autorreconhecimento como *peças* tornavam-se elementos inatingíveis para eles, da mesma forma como ainda acontece hoje com os sertanejos.

### 3 O retirante e o seu eterno *locus* de segregação

O protagonista via-se compelido a mudar constantemente com a família. Seja pela seca que os assolava ou pelas infundáveis dívidas com o patrão, não possuíam alternativa a não ser sair vagando pelo sertão à procura de novos lugares nos quais pudessem fixar-se por algum período: “[...] largou-se com a família, sem se despedir do amo. Não poderia nunca liquidar aquela dívida exagerada. Só lhes restava jogar-se ao mundo, como negro fugido” (RAMOS, 2014, p. 116). Nas ideias de Zygmunt Bauman (2007, p. 74):

Os indivíduos se vêem abandonados aos seus próprios recursos – lamentavelmente escassos e evidentemente inadequados. A dilapidação e decomposição dos vínculos coletivos fizeram deles, sem pedir seu consentimento, indivíduos *de direito*, embora o que aprendam nas atividades de suas vidas seja que verdadeiramente tudo no atual estado de coisas milita contra sua ascensão ao modelo postulado pelos indivíduos *de facto*.

Em busca de novas oportunidades e desejosos para serem, então, “indivíduos *de facto*”, as personagens pensam em mudar do ambiente sertanejo para o ambiente urbano no final do livro – “iriam para adiante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era. [...] Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes” (RAMOS, 2014, p. 126). Novamente, fica em evidência o caráter atemporal do romance, uma vez que a mesma trajetória se repete com os retirantes atuais. Muitos sertanejos ainda migram para as cidades, em um ritmo constante, acreditando ser esta a melhor escolha, gerando superlotação. A complexa realidade explica em parte porque a “política local – e particularmente a política urbana – encontra-se hoje desesperadamente sobrecarregada” (BAUMAN, 2009, p. 33).

A esperança da maior parte das famílias de retirantes, todavia, frustra-se tão logo eles chegam à cidade, pois o ambiente urbano continua sendo-lhes hostil (talvez até mais) como o ambiente do sertão. Nos grandes centros, fora dos padrões citadinos, eles são apenas

Homens e mulheres que não se encaixam em nenhuma divisão social legítima, indivíduos deixados fora das classes e que não são portadores de nenhuma das funções reconhecidas, aprovadas, úteis e indispensáveis que os membros “normais” da sociedade executam. Pessoas que nada acrescentam à vida da sociedade, a não ser o que esta poderia fazer muito bem sem elas e de fato ganharia por se livrar delas (BAUMAN, 2007, p. 76).

A crescente marginalização de migrantes nas cidades é consequência, muitas vezes, de certo padrão de homogeneidade que se forma nos ambientes urbanos e que os torna um *locus* gerador, em potencial, de segregação espacial e de isolamento. Assim, para que fosse possível uma verdadeira interação de outros grupos sociais nesses espaços seria preciso, primeiramente, uma ruptura com

[...] a ideia de homogeneidade e eliminação das diferenças, tão constituinte do pensamento urbanístico moderno e que tem correspondido à experiência histórica de alisamento de territórios existenciais em detrimento de uma ordem única e hegemônica, produtora permanente de exclusão e ilegalidade (ROLNIK, 1994, p. 359).

Ou seja, as chances efetivas de incorporação dos migrantes no novo ambiente social são mínimas. Eles tendem a permanecer na cidade como já eram no campo: pessoas esquecidas com vidas desperdiçadas. Permanecem invisíveis no ambiente urbano, sem se perceberem ‘atores sociais’ que podem influir no novo ambiente, tal como Fabiano sente-se quando vai à festa na cidade com a família:

A sensação que experimentava não diferia muito da que tinha tido ao ser preso. Era como se as mãos e os braços da multidão fossem agarrá-lo, subjugá-lo, espremê-lo num canto de parede. Olhou as caras em redor. Evidentemente as criaturas que se juntavam ali não o viam, mas Fabiano sentia-se rodeado de inimigos” (RAMOS, 2014, p. 75).

É como se, tanto no ambiente do sertão, como no espaço urbano, os retirantes ficassem presos ao que Bauman chama de guetos involuntários e conceitua como sendo “a área na qual estão confinados (por serem excluídos de outras)” (2007, p. 82). Isto é, para além de uma área física, trata-se de uma área social de isolamento e cultural de esquecimento.

Diante da constatação de pouca ou nenhuma mudança no cotidiano dos migrantes da vida real como os da história de Graciliano Ramos, é possível, e,

aliás, necessário indagar se sair do sertão (e de outros ambientes semelhantemente esquecidos) é, de fato, a melhor opção – dentro de um contexto ambientalista, pós Constituição de 1988 e com fulcro na dignidade humana – a ser tomada. O sertão deve ser abandonado por seus moradores?

Sinhá Vitória desejava uma vida melhor para sua família e via, na cidade, uma alternativa para tanto. Mas, ao mesmo tempo, sabia que sentiria saudades de seu lugar de origem: “não voltariam nunca mais, resistiriam à saudade que ataca os sertanejos na mata” (RAMOS, 2014, p. 122). A mudança para a cidade, além de tudo, representa um abandono dos próprios costumes e hábitos tão peculiares do povo sertanejo. Significa afastar-se da cultura que os identifica e os faz pertencidos. Retiram-lhes direitos civis, políticos e de fraternidade, pois, ao mesmo tempo que saem voluntariamente, não o fazem espontaneamente e, sim, por necessidade e tentativa de sobrevivência.

A pergunta a que se chega é se realmente a praticada migração é proveitosa para os dois espaços (sertão e cidade) se as vidas dos retirantes continuam no *status* de ‘subclasses’, uma vez que “ainda não chegamos perto de perceber e entender os efeitos de longo alcance das massas cada vez maiores de *peessoas desperdiçadas* no equilíbrio político e social da coexistência humana” (BAUMAN, 2007, p. 35). Portanto, resta compreender que, enquanto as amarras sociais em relação ao “outro” não forem desnaturalizadas, de nada adianta a mudança de ambiente das classes marginalizadas, pois, como já anteriormente explorado, mais do que as dificuldades naturais do próprio meio, as barreiras humanas de padronização da vida são as principais causadoras da formação de coletividades ‘descartáveis’.

#### **4 Um novo *modus vivendi* segundo a lógica da outridade**

Fabiano e sua família, assim como os sertanejos da vida real, foram moldados por um ambiente inóspito, seco, difícil de penetrar, afinal,

Como crítica social, a obra trabalha as raízes da opressão no Brasil, principalmente no campo brasileiro, para isso cria personagens opressoras e oprimidas. Através das personagens mostra as dificuldades, tanto sociais como discursivas, de forma que explora em conjunto a dimensão individual e social de cada uma, com o objetivo de problematizar as questões sociais em um tom crítico e denunciativo (FERREIRA, 2016).

Todo o contexto demonstra, assim, o claro desamparo social que a família personagem sofre no seu ambiente familiar e de trabalho. No entanto, esse ambiente também tem suas belezas e preciosidades que não podem ser, simplesmente,

ignoradas ou esquecidas. Bauman pontua que “nada pode verdadeiramente ser, ou permanecer por muito tempo indiferente a qualquer outra coisa: intocado e intocável. O bem-estar de um lugar, qualquer que seja, nunca é inocente em relação à miséria de outro” (2007, p. 12). Em outras palavras, seria dizer que o sertão e seus habitantes precisam ser percebidos, respeitados – ressignificados.

É perceptível, portanto, a crítica geral feita por meio das personagens que, para além de comporem o enredo da narrativa, também representam um conjunto de pessoas que vivem sob os mesmos problemas. Isto é,

As personagens em *Vidas Secas* simbolizam a coletividade, uma vez que Fabiano, por exemplo, não representa somente um homem sofrido, enganado, já que pode ser considerado como um representante de todos os homens que habitam um universo causticante e injusto, cercados por exploradores de todos os tipos. Do mesmo modo, Sinhá Vitória reflete não só a vida de uma mulher, mas a de todas as mulheres que vivem no sertão, sofrendo, passando necessidades (BOTOSO, 2013, p. 55).

Dessa forma, enquanto o sertão for esquecido, “Fabianos” e “Sinhás Vitórias” também serão olvidados por serem “diferentes” como o espaço em que vivem, por não fazerem parte da homogeneidade habitual da população das cidades e de outros espaços mais valorizados e desenvolvidos. Entra em cena, portanto, o necessário exercício da alteridade e da outridade. Ninguém enxerga Fabiano como *alter* e o meio ambiente em que vive como ‘outrem’ a serem respeitados. São ambientes e vidas secas que podem ser descartados ou abandonados.

A realidade hodierna mostra que “os vínculos humanos são confortavelmente frouxos, mas, por isso mesmo, terrivelmente precários, e, é tão difícil praticar a solidariedade quanto compreender seus benefícios, e mais ainda suas virtudes morais” (BAUMAN, 2007, p. 30). É justamente essa ‘frouxidão’ dos laços humanos que fomenta o isolamento do Nordeste, de forma geral, e a dificuldade de inserção social dos migrantes nas cidades.

No entanto, os sertanejos não precisam migrar em busca de novas terras e nem mesmo ser, forçosamente, assimilados por uma cultura urbana se o ambiente do sertão não for esquecido. Leff (2012, p. 60) ensina que

A racionalidade ambiental é forjada pela reconstrução das identidades pessoais, grupais e culturais, através do saber, e pela construção de um futuro sustentável através do encontro com o Outro [...] traz em si uma reapropriação do mundo a partir do ser e no ser. O saber ambiental revive a questão das lutas sociais pela

apropriação da natureza e a gestão de seus modos de vida, do ser no tempo e o conhecer na história [...].

A perspectiva descrita envolve a consideração e o aprimoramento de todos os ambientes, com todas as suas singularidades. Ter um corpo social e um espaço social homogêneos, por meio de segregações e isolamentos de outras áreas, diminui a tolerância à diferença entre as pessoas. Afinal,

Quanto mais as pessoas permanecem num ambiente uniforme – na companhia de outras ‘como elas’ com as quais podem ter superficialmente uma ‘vida social’ sem correrem o risco da incompreensão e sem enfrentarem a perturbadora necessidade de traduzir diferentes universos de significado- mais é provável que ‘desaprendam’ a arte de negociar significados compartilhados e um *modus vivendi* agradável (BAUMAN, 2007, p. 94).

Urge, portanto, a necessidade de investimentos efetivos em ambientes como o sertão e em seus habitantes. Enxergá-los como outros, semelhantes a todos, “implica uma ressignificação cultural do mundo diante dos desafios da sustentabilidade, da equidade, da democracia e da justiça social” (LEFF, 2012, p. 121). É também trazer à tona uma racionalidade ambiental que “abre o caminho para uma política da diferença e para uma ética das relações sociais abertas para o dissenso, para a diferença e para a outridade, que nem sempre remetem a contradições ontológicas e políticas” (LEFF, 2012, p. 121).

Conjugar esses sentimentos de outridade e solidariedade é perceber que as diferenças podem ser uma fonte de criação e produção de novos mundos no encontro do ‘outro’, que não é necessariamente um oposto ou um adversário. O medo de enfrentar as diversidades pode ser superado a partir da ideia de que

O enfrentamento com o outro não é a oposição de contrários irreconciliáveis. A diferença não é tão somente uma contradição mais sutil. O outro é algo diferente que pode chocar, mas também alguém com quem é possível conviver harmoniosamente. Envolve uma ética e uma visão diferente das relações sociais onde o encontro com a diferença e a outridade é dialético no sentido de que podem ser entidades conflitivas, mas também visões e processos que podem coexistir sem ter que ignorar, eliminar, explorar ou negar outras entidades, visões e processos para poder se afirmar (LEFF, 2012, p. 123).

Como se vê, desenvolver uma racionalidade ambiental é abrir-se para um feixe de diferenças que se complexificam de acordo com as diversidades biológicas

da natureza e com as diversidades culturais da humanidade. É construir uma rede de relações de alteridade, na qual “o ser e sua identidade se reconfiguram na diversidade e na diferença, e onde se abrem para um além do pensável, guiados pelo desejo insaciável de saber e de justiça” (LEFF, 2012, p. 67).

O reconhecimento de pessoas que vivem em ambientes mais hostis é fundamental para o aprimoramento social, econômico e cultural de ditos espaços. Levinas (2015, p. 38) pontua que

Abordar Outrem no discurso é acolher a sua expressão onde ele ultrapassa em cada instante a ideia de que dele tiraria um pensamento. É, pois, *receber* de Outrem para além da capacidade do Eu; o que significa exactamente: ter a ideia do infinito.

Para que vidas secas como as dos retirantes da história possam florescer em meio menos árido e menos isolado, faz-se necessária uma visão baseada na outridade. Caso um novo olhar não seja desenvolvido, grande parte da população sertaneja continuará sem espaço e, conseqüentemente, sem oportunidades:

Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente pra lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinhá Vitória e os dois meninos (RAMOS, 2014, p. 126).

Uma sociedade globalizada só consegue preservar suas peculiaridades se entender que elas são importantes em cada nuance, material ou imaterial, racional ou não, e se permitir a construção de novos mundos e estilos de vida mais responsáveis. Do contrário, o final do livro continuará a repetir-se por mais anos.

## Conclusão

O livro *Vidas Secas*, conforme demonstrado, é uma obra atemporal que pode – e deve – ser interpretada até hoje para a identificação dos problemas existentes no nordeste brasileiro que abrangem, devido à característica difusa do meio ambiente, questões de Direitos Humanos, Direito Constitucional e Direito Ambiental. É indiscutível, portanto, a permanente contemporaneidade da obra.

A narrativa demonstra que Graciliano Ramos, oriundo do Nordeste, conseguiu absorver e transcrever as contingências sociais e econômicas da região no enredo da história. Certamente, ele foi um dos autores regionalistas brasileiros que mais se utilizou do estilo literário como um instrumento capaz de mostrar a miséria nordestina e trazer ponderações críticas acerca do descaso político e social com a região.

Por conseguinte, há um alerta, por meio da história, para uma situação de manutenção dessa realidade de miserabilidade desde a primeira metade do século passado até os dias de hoje. Isso demonstra que o ‘olhar’, de uma forma geral, ainda não foi expandido de modo a perceber o contexto difícil, ambiental e social como ‘outrem’, dos habitantes do sertão, que necessitam de dedicação, atenção e solidariedade, motivo pelo qual foram exploradas a alteridade e a outridade como parâmetros analíticos.

As personagens do livro, representando a coletividade dos sertanejos que vivem em iguais condições as da história, tornam-se, claramente, uma denúncia da injusta – e atual – situação fundiária do país, fazendo com que o livro subsista durante anos não apenas por ser uma obra de arte, mas também, e principalmente, por revelar uma condição social que permanece viva até hoje no Brasil.

Resta claro, desse modo, que o problema enfrentado pelos sertanejos nordestinos não está restrito exclusivamente ao meio ambiente natural mais seco, mas estende-se a todos os demais ambientes construídos e seus instrumentos de dominação dotados de significados sociais. Afinal, como demonstrado, as personagens enfrentam, constantemente, opressões advindas das relações de poder entre os homens.

Tudo indica, portanto, a viabilidade de uma hermenêutica jurídica atual, rompendo com paradigmas que estagnam o Direito que é uma ciência dinâmica, cujo saber encontra-se ligado às vicissitudes da coletividade, representadas, inclusive, por obras literárias atemporais.

A partir das inquietantes críticas à construção dos ambientes e dos valores a eles atribuídos, verifica-se a necessidade de políticas públicas, tanto urbanas quanto rurais, que consigam, de fato, abranger os diversos grupos sociais existentes e permitir uma verdadeira promoção dos direitos humanos a todos.

Possibilitar que classes como a dos sertanejos ressignifiquem seu ambiente e sejam atores sociais dentro de sua região, requer mudanças profundas em uma sociedade segregacionista e já enraizada na intolerância. Uma verdadeira transformação nesse cenário exige uma ruptura com as políticas atuais que só favorecem determinados grupos e espaços. Por isso, o livro aponta a necessidade urgente de uma nova visão social que abranja, até mesmo, as vidas mais secas da humanidade.

## Referências

BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Z. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BOTOSO, A. Opressores e oprimidos: uma leitura do romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. *Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília*, Brasília, v. 6, p. 49-66, dez. 2013.

COELHO, V. O. P. Vidas Secas e Graciliano Ramos: uma análise da obra de Graciliano Ramos. *Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria, n. 11, 2006. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/num11/art\\_06.php](http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/num11/art_06.php)>. Acesso em: 13 ago. 2018.

FERREIRA, M. S. A realidade social e a linguagem no romance Vidas Secas. *Sabedoria Política – Um site dedicado ao estudo da política*, maio 2016. Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/a-realidade-social-e-a-linguagem-no-romance-vidas-secas/>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

LEFF, E. *Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes*. São Paulo: Cortez, 2012.

LEVINAS, E. *Totalidade e infinito: ensaio sobre a exterioridade*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2015.

RAMOS, G. *Vidas Secas*. 124. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

ROLNIK, R. *planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas*. In: ORLANDO JUNIOR, L. R. (Org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 351-360.

SANTINI, J. Realidade e representação no romance regionalista brasileiro: tradição e atualidade. *Revista O Eixo e a Roda*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 115-131, 2014.

SARAIVA, E. S. O regionalismo e suas faces: uma análise de Vidas Secas e Dois Irmãos. *Revista Urutágua – Acadêmica Multidisciplinar*, Maringá, v. 19, p. 127-137, 2009.

SILVA, E. F. Graciliano Ramos: o escritor e o homem. *Revista Graduando*, Feira de Santana, v.1, p. 139-152, jun. 2010.